



COMISSÃO EUROPEIA

CONSULTA PÚBLICA SOBRE A ESTRATÉGIA EUROPA 2020

Nome: Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS)

Contactos:

Endereço: Rua Soeiro Pereira Gomes Ed. América, Entr. 7- 3º – Apartamento 311 - 1600-196 Lisboa

Número de telefone: 913268730

Endereço eletrónico: geral@fngis.pt / www.fngis.pt

País de residência: Portugal

Língua da contribuição: Portuguesa

Tipo de organização:

- Estado-Membro
- Autoridade pública
- Organização registada
- Sociedade registada
- Particular
- Organização/sociedade não registada
- Outro. Especifique.

Domínio ou domínios principais cobertos pela sua contribuição:

- Assuntos económicos e financeiros
- Competitividade
- Indústria
- Mercado único
- Emprego

- Investigação, desenvolvimento e inovação*
- Economia digital*
- Clima, energia e eficiência dos recursos*
- Educação*
- Pobreza/exclusão social*
- Outro. Especifique: Marcámos todos os domínios porque se centramos a nossa intervenção na erradicação da Pobreza, todos são importantes para atingir este objectivo.*

Número de identificação do registo (caso o inquirido ou a organização que representa estejam inscritos no Registo de Transparência):

A sua resposta :

- pode ser publicada juntamente com as suas informações pessoais*
- pode ser publicada desde que seja preservado o anonimato do inquirido*
- não pode ser publicada*

A) Informações gerais sobre a consulta pública:

Em [março de 2010](#), a UE lançou a estratégia Europa 2020 para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e criar uma economia europeia competitiva assente no conhecimento, preservando, ao mesmo tempo, o modelo europeu de economia social de mercado e melhorando a eficiência dos recursos. A estratégia Europa 2020 foi pensada como uma parceria entre a UE e os Estados-Membros para promover o crescimento e o emprego.

A estratégia Europa 2020 prossegue cinco [objetivos principais](#) em matéria de emprego, investigação e desenvolvimento, clima e energia, educação e luta contra a pobreza e a exclusão social. Além disso, estabelece uma série de [iniciativas emblemáticas](#) em torno de sete domínios vitais para o crescimento, nomeadamente, a inovação, a economia digital, o emprego e a juventude, a política industrial, a pobreza e a eficiência dos recursos. A ação a nível da UE em domínios como o mercado único, o orçamento da UE e a agenda externa da União também contribui para a realização dos objetivos da estratégia.

A aplicação e o acompanhamento da estratégia Europa 2020 decorrem no contexto do [Semestre Europeu](#), o ciclo anual de coordenação das políticas económicas e orçamentais à escala da UE. O Semestre Europeu implica um debate entre as instituições europeias sobre as grandes prioridades, os compromissos anuais assumidos pelos Estados-Membros e as recomendações por país elaboradas pela Comissão e aprovadas pelos dirigentes dos países da UE no quadro do Conselho Europeu. Estas recomendações terão depois de ser

tidas em conta nas políticas e nos orçamentos dos países da UE. Em conjunto com o orçamento da UE, as recomendações por país são instrumentos fundamentais para a execução da estratégia Europa 2020.

Quatro anos depois, a Comissão apresentou uma proposta, aprovada pelo Conselho Europeu de 20-21 de março de 2014, no sentido de se proceder a um exame dos resultados alcançados no quadro da Estratégia Europa 2020. Em 5 de março de 2014, a Comissão adotou uma comunicação intitulada «Balanço da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo» ([comunicação](#)  e [anexos](#) 

Através do presente inquérito, pretendemos conhecer a sua opinião sobre os primeiros anos de execução da estratégia «Europa 2020», bem como sobre os elementos a ter em conta no respetivo desenvolvimento, a fim de definir uma estratégia de crescimento pós-crise para a UE.

B) Perguntas:

Balanço da estratégia Europa 2020 no período de 2010-2014

Conteúdo e execução

- 1A) O que significa para si a estratégia Europa 2020? Quais os principais elementos que associa à estratégia?**

Antes de definir o que significa para o FNGIS a estratégia Europa 2020 importa apresentar esta associação de modo a esclarecer o nosso interesse estratégico neste domínio. O FNGIS é actualmente um agente associativo de carácter intersectorial e inter-institucional, que pode funcionar como plataforma de interlocução entre o sector não governamental e as entidades e estruturas governamentais responsáveis pelas políticas do âmbito da inclusão social.

O FNGIS constitui-se em 2006, tendo como ideia base contribuir ativamente para a construção, implementação e avaliação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI). Representante da sociedade civil, enquanto plataforma informal de ONGs, constitui-se como parte ativa na discussão política e na definição da estratégia nacional de inclusão social.

Assumido como um grupo de trabalho alargado, de carácter inter-sectorial e inter-institucional, funcionou como plataforma de interlocução com a coordenação do PNAI e com os representantes de cada ministério. A posição assumida pelo Fórum consolidou-se através da emissão de pareceres, conceção de documentos e propostas alternativas reflexo da opinião do setor não governamental relativamente às medidas governamentais previstas para a área da inclusão.

*Constituindo-se formalmente como Associação a 28 de Julho de 2009, o FNGIS teve um papel determinante no ano de 2010 - Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, integrando a sua Comissão Nacional de Acompanhamento e dinamizando, através dos seus membros, o projeto *Isto Inclui-me: da Participação à Inclusão*, no qual se integrou a campanha “Não deixe que a pobreza se transforme em paisagem”. Durante este ano de forte impacto, o FNGIS envolveu um total de 27 membros efetivos e 27 membros observadores.*

O ano de 2011 trouxe consigo alterações estruturantes no domínio da abordagem governamental da Inclusão Social. De acordo com a Estratégia Europa 2020, aprovada pelo Conselho Europeu, o Programa Nacional de Reformas (PNR) a apresentar por cada país passou a ser elaborado em articulação com o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), garantindo a coerência entre os dois instrumentos, com reformas que no curto prazo levem em conta a prioridade da consolidação orçamental e da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos e que contribuam para o reforço da competitividade, do crescimento e do emprego. Passamos assim a um novo contexto de enquadramento estratégico da questão da Inclusão Social, enquadramento no qual todos reconhecemos que o lugar por ela assumido é cada vez de menor destaque mas de maior urgência.

Perante este cenário, o ressurgimento de uma entidade como o FNGIS revelou-se prioritário e ocorreu no final de 2013, na medida em que o objeto social que nos uniu mantém-se atual: "criação de um espaço de estudo, debate, e tomada de posição, de caráter inter-setorial e inter-institucional, que funcione como uma plataforma de interlocução entre o setor não governamental e as entidades e estruturas governamentais responsáveis pelas políticas do âmbito da inclusão social e respetivos planos e medidas nacionais e setoriais, tendo em vista a efetiva participação de todos os atores na construção, monitorização e avaliação das políticas e medidas de combate à pobreza e exclusão social."

Actualmente o FNGIS agrupa um conjunto de 11 membros, todos eles organizações nacionais: Associação Dianova Portugal – Cura, Reabilitação e Reinserção de Toxicodependentes; Associação para o Planeamento da Família, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (APDSI), Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR, Cáritas Portuguesa, EAPN Portugal – Rede Europeia Anti - Pobreza, FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, FORMEM - Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência , Instituto de Apoio à Criança, Saúde em Português – Associação de Profissionais de cuidados de saúde dos países de língua portuguesa.

Passando à resposta à questão, a Estratégia Europa 2020 surge no seguimento da reformulação da Estratégia de Lisboa tendo em conta as circunstâncias económico-financeiras, mas também as mudanças no panorama político-partidário na Europa. De certo modo, é mais uma tentativa de criar uma dinâmica política e de políticas europeias na esperança de estas terem um reflexo fortalecedor e recíproco entre a UE e os Estados Membros. Para o FNGIS em particular, e dado o nosso papel enquanto órgão consultivo do Plano Nacional para a Inclusão, ferramenta essencial da Estratégia de Lisboa em Portugal, a estratégia Europa 2020 não detém um significado linear, sendo que a nossa visão sobre a mesma se foi alterando à medida que esta tem vindo a demonstrar os seus resultados, nomeadamente no que respeita à redução da pobreza.

Assim, na sua fase de definição, a Estratégia Europa 2020 veio destacar a importância do rumo da UE não se focar apenas em questões de crescimento e política económica, necessitando de uma abordagem equilibrada objectivando um crescimento sustentável e inclusivo. A definição de 5 objectivos, com a especificação, pela primeira vez, de uma meta de redução da pobreza, juntamente com outras metas sociais (emprego e educação) enquadradas por linhas orientadoras e apoiadas em iniciativas emblemáticas específicas, são factos que assumimos como de evolução positiva. A definição do processo apresentava assim o comprometimento do envolvimento dos cidadãos e dos stakeholders na promoção destes importantes objectivos, nomeadamente através dos respectivos Programas Nacionais de Reforma. Contudo, a estratégia Europa 2020 tem vindo a falhar no seu impacto de redução da pobreza, fenómeno que, contrariamente ao definido, tem aumentado drasticamente no espaço europeu, resultado, nomeadamente, da abordagem macroeconómica que tem orientado a implementação da Europa 2020. Esta abordagem é sentida de forma particularmente acentuada em Portugal dado o contexto de intervenção da Troika. Este mesmo contexto faz com que,

efectivamente, Portugal tenha estado distante de uma verdadeira implementação da Europa 2020 durante o período de intervenção da Troika, estando igualmente afastado do seu “calendário de implementação” - o Semestre Europeu, na medida em que não teve de responder aos seus requisitos. O fim da intervenção da Troika e a chegada do novo quadro comunitário veio tornar a Estratégia Europa 2020 um tema mais presente na agenda política em Portugal, situação ainda muito distante do seu reconhecimento pelos cidadãos e mesmo de uma aposta governamental no sentido do mesmo. Destaque-se a este nível a importância determinante de um processo de consulta como aquele em que presentemente participamos. No entanto, este processo deveria revestir-se de uma maior transparência e de uma maior presença nacional nos Estados Membros, não sendo apenas um processo de domínio englobante europeu. Podemos claramente afirmar que Portugal carece de uma discussão nacional sobre a Estratégia Europa 2020. A este nível, destacamos, nomeadamente, a ausência de disponibilidade do Governo Português, dos Grupos Parlamentares e da Representação em Portugal da Comissão Europeia para participar num seminário que o FNGIS tentou promover em torno de uma discussão participada, com a sociedade civil, sobre a revisão da Europa 2020.

Decorrente destes factos, hoje podemos afirmar uma certa visão desencantada da Estratégia Europa 2020, na qual ela se revela um instrumento, em última instância, dominado por um modelo macroeconómico, de orientação “top-down”, que incide em medidas de austeridade e de redução do Estado Social. Importa intervir no sentido da mudança desta visão e da realidade em que ela incide, nomeadamente pelo claro momento que atravessamos de perda de credibilidade das instâncias europeias e dos seus compromissos no incremento da qualidade de vida dos seus cidadãos, particularmente os mais vulneráveis.

- **2A) De um modo geral, considera que a estratégia Europa 2020 fez uma diferença? Justifique.**

Como já afirmado e fundamentado na questão anterior, na sua definição a Estratégia Europa 2020 revelava progressos significativos. No entanto, também como já avançamos, o seu enfoque macroeconómico tem-se vindo a revelar através de políticas que priorizam a austeridade e o corte de benefícios e direitos sociais e de serviços e a redução das oportunidades de emprego, gerando o crescimento da pobreza, exclusão e desigualdade.

Importa no entanto reconhecer que a Estratégia veio permitir a introdução mais significativa da pobreza na agenda política, alargando o debate da inclusão da dimensão social na definição das políticas económicas, no sentido do desenvolvimento sustentável. A definição das metas revelou-se essencial no que respeita à questão dos fundos comunitários, destacando-se a determinante conquista de 20% do FSE para a pobreza e inclusão social.

A introdução da Linha Orientadora nº10, relativa à pobreza e inclusão social, em conjunto com a iniciativa da Plataforma Europeia de Combate à Pobreza, oferecem potencial para o envolvimento dinâmico de todos os actores estratégicos, numa lógica transsectorial. As referências à qualidade do trabalho na Linha Orientadora nº8, revelam um importante passo, aprofundado com a iniciativa da Agenda Europeia para as Competências e Emprego, na qual se define a prioridade de um enquadramento alargado e aprofundado da definição de trabalho digno/ trabalho com qualidade. A questão da participação e do envolvimento de stakeholders são igualmente focadas pela estratégia, incluindo, nomeadamente, o envolvimento da sociedade civil no conjunto do processo, particularmente nos Planos Nacionais Reforma.

Reconhecendo estas importantes orientações estratégicas, a própria Comissão Europeia¹ sublinha o fracasso no sentido do alcance das metas de redução da pobreza. Em vez de progresso em direção à meta de redução de pelo menos 20 milhões de pessoas em situação de pobreza e exclusão social, o fenómeno tem-se intensificado afectando 1 em cada 4 cidadãos na UE: 124,2 milhões (2012), um aumento de mais de 6,6 milhões desde 2010 (dados de 2008). Da mesma forma não houve progresso real em relação à taxa de emprego (75% do emprego), com declínio do emprego de 68,9% em 2009 para 68,4% em 2012 e com um aumento preocupante do desemprego de 7,1% em 2008 para 10,9% em 2013. No entanto, o enfoque do FNGIS vai para a qualidade do emprego. Na realidade, o emprego tornou-se um meio cada vez mais inseguro para sair da pobreza, com um aumento de 8,6% para 9,1% dos agregados classificados como de trabalhadores pobres (2008-12) e mais de 1/3 das pessoas em situação de pobreza no trabalho. Os esforços para atingir a meta numérica emprego, sem uma melhor definição do que tal implica em termos de garantias complementares sobre a qualidade dos postos de trabalho e emprego, só prejudica o cumprimento da meta de redução da pobreza. A situação dos jovens é ainda mais preocupante com o desemprego destes a subir para 24,2% em comparação com os adultos (9,6%), com um aumento dos jovens que se encontram fora do sistema de educação e formação (NEETS) para 13,2% e com uma taxa de 29,7% (2012) de pobreza juvenil. O impacto em toda a Europa também não tem sido igual, a desigualdade continua a aumentar na maioria dos países, especialmente no Sul e Leste. Os países com as maiores taxas de pobreza e exclusão social são geralmente os que foram intervencionados pela Troika, sofrendo maior pressão para reduzir a despesa pública, como é o caso de Portugal.

Assim, no caso nacional², analisando nomeadamente o ponto de situação das metas em Portugal, lançado em Abril de 2014, em termos gerais denota-se que o documento, à semelhança do ano anterior, aponta dados muito genéricos assentes numa análise de grande otimismo que não parece ser congruente com as notícias e relatórios que foram sendo publicados durante este período. No entanto, e pela ausência de dados, actualizados, não se faz uma leitura clara e real da situação nacional em termos económicos e sociais. Neste sentido, da leitura transversal do documento fica a impressão de que Portugal tem cumprido todas as metas estabelecidas na Estratégia 2020. Confrontando esta “impressão” com a realidade do país percebemos que urge uma análise mais detalhada. Relativamente às metas previstas para a redução dos números de pessoas em situação de pobreza e exclusão social até 2020 percebe-se pelo referido no documento que reduziu a percentagem de indivíduos abaixo da linha de pobreza em 2012. Estes números e tendo presente a crise económica e financeira que se tem vindo a intensificar no nosso país, só são possíveis porque se assistiu a uma diminuição da mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente e, como tal, a uma redução do limiar da pobreza (60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes). Esta situação levou a que um número considerável de indivíduos deixasse de estar em risco de pobreza. No entanto, se tivermos em conta o indicador relativo aos agregados com muito baixa intensidade de trabalho a tendência dos últimos anos é de um acréscimo. No mesmo sentido, tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, que tem por base não o rendimento monetário líquido, mas a variação do índice de preços no consumidor, verifica-se uma taxa de risco de pobreza consideravelmente superior à anteriormente indicada: 24.7% (2012)³.

A crise económica gerou uma crise social, o que levou a um ataque inaceitável aos mais básicos direitos dos cidadãos para uma vida digna. Embora uma parte do impacto social seja claramente devido à crise e ao aumento do desemprego, há um impacto negativo comprovado decorrente das políticas de austeridade, que foram apoiadas pela União Europeia. O próprio Relatório do

¹ Comunicação da Comissão Europeia (5.3.2014): [Taking Stock of the Europe 2020 strategy for smart, sustainable and inclusive growth.](http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2014/1477777/1477777.pdf)

² O presente parágrafo tem por base o documento elaborado por uma organização membro do FNGIS: “Estratégia Europa 2020: Ponto de Situação das Metas em Portugal, Abril 2014_Reação da EAPN Portugal”, Agosto de 2014.

³ Rendimento e Condições de Vida 2013, Destaque do INE 24 de Março de 2014.

Desenvolvimento Social de 2013⁴ sublinhou o impacto social e económico negativo dos cortes em despesa social: "A partir de 2010, as prestações sociais não conseguiram apoiar os rendimentos dos agregados verificando-se o aumento de desempregados sem direito a apoio, a eliminação e redução progressiva da duração das medidas de apoio, o afunilamento das regras de elegibilidade e a consequente exclusão de beneficiários". As mudanças nos sistemas fiscais e de prestações, juntamente com cortes salariais contribuíram activamente para o declínio dos rendimentos familiares reais⁵.

Em vez de sinais crescentes de investimento social, a Europa, e particularmente Portugal, têm assistido a uma priorização de objetivos económicos de curto prazo em detrimento de uma aposta de longo prazo em direitos sociais. O foco macroeconómico e de austeridade da UE é não apenas responsável pelo aumento da pobreza, como igualmente por um ataque inaceitável aos direitos humanos e à dignidade dos mais vulneráveis, tornando os pobres pagadores de uma crise que não criaram. A desregulamentação do mercado de trabalho e a interferência na negociação coletiva, particularmente em países intervencionados como Portugal, está a reduzir a qualidade do emprego e a sua sustentabilidade, tendo fortes impactos nas condições de vida dos grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho, reduzindo as suas possibilidades de mobilidade social.

A devolução dos resultados da Estratégia Europa 2020 faz-se por via do mecanismo de governação do Semestre Europeu, mecanismo este fortemente orientado pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento e pelos Programas de Convergência e Estabilidade os quais se focam, prioritariamente nas questões de resolução dos déficits. Perante este facto, a Estratégia Europa 2020 está muitas vezes ausente de documentos europeus chave (como as Estatísticas Anuais de Crescimento e a Comunicação das Recomendações Específicas por Países [CSR]). Os dados demonstram-nos que têm vindo a crescer as Recomendações Específicas por País que se relacionam com medidas anti-pobreza (de 3 em 2011 para 11 e 12 em 2013 e 2014 no conjunto dos 28 Estados Membros). No entanto, este crescimento revela-se ambíguo, na medida em que muitas destas recomendações se focam mais no crescimento da eficiência do Estado Social e menos na redução da pobreza e não se sobrepõem ao forte peso dos requisitos macroeconómicos e fiscais que se apontam nas recomendações de crescente austeridade. Um exemplo de destaque a este nível prende-se com as Recomendações dirigidas a um número significativo de países⁶, incluindo Portugal, relativas à necessidade de consolidação orçamental e de redução de custos em Serviços Sociais e de Saúde, sem qualquer referência mais detalhada à qualidade, cobertura e acessibilidade destes serviços que revelam fortes impactos na qualidade de vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis.

Para que seja efectivamente possível medir a diferença resultante da Estratégia Europa 2020 é muito importante que ela seja o motor do Semestre Europeu, promovendo neste uma visão coerente, equilibrada, completa e simultânea de indicadores económicos e sociais.

- **3A) Considera que o facto de ter conhecimento das iniciativas de outros países da UE nos domínios abrangidos pela estratégia Europa 2020 tem um impacto na abordagem seguida pelo seu país? Dê exemplos.**

Efectivamente, enquanto organização que agrupa um relevante conjunto de instituições de âmbito nacional da sociedade civil portuguesa, o FNGIS não consegue dar uma resposta relativamente a este possível impacto. Esta impossibilidade advém do facto de não existirem processos transparentes

⁴ CE (Dez 2013): [Employment and Social Developments in Europe 2013](#); p.22

⁵ Avram et al, 2013 '[The distributional effects of fiscal consolidation in 9 countries](#)'. Euromod Working Paper no EM 2/13

⁶ BE, CZ, IE, ES, FR, HR, LV, LU, MT, NL, AT, RO, PT, SI, SK, FI.

de comunicação desta possível influência promovidos pelas instâncias governamentais nacionais. A participação em muitos dos momentos em que isto poderia ocorrer (Plataforma Europeia de Luta Contra a Pobreza é um dos exemplos) fica reservada a critérios de selecção pouco transparentes e, sobretudo, sem qualquer visibilidade ao nível nacional.

No entanto, não podemos deixar de realçar a importância decorrente dos projetos desenvolvidos em parcerias transnacionais no âmbito das ONG's, os quais se revelam sempre uma mais valia no sentido da troca de experiências e no desenho de respostas adequadas a cada um dos contextos, especialmente as orientadas para públicos mais vulneráveis.

- **4A) Tem havido um envolvimento suficiente das partes interessadas na estratégia Europa 2020? Está envolvido na estratégia Europa 2020? Gostaria de estar mais envolvido? Em caso afirmativo, de que modo?**

A resposta mais directa a esta questão leva-nos a afirmar que o envolvimento das partes interessadas na Estratégia Europa 2020 é claramente insuficiente, nomeadamente no que respeita à participação de Organizações não Governamentais e da Sociedade Civil no seu todo. Esta ausência de interlocução entre 1) quem define as estratégias, particularmente no domínio da Inclusão Social, e 2) as Organizações que as implementam e 3) os Cidadãos a quem se dirigem revela-se aliás a razão de existência do FNGIS. Enquanto organização o FNGIS teve um período de forte articulação com as instâncias governamentais nacionais, tendo sido membro da Comissão Inter-ministerial de Acompanhamento do Plano Nacional de Ação Para a Inclusão (PNAI), entretanto extinto em 2010 com o surgimento de alterações estruturantes no domínio da abordagem governamental da Inclusão Social. A chegada da Estratégia Europa 2020 não criou, até ao momento, a identificação no contexto português de instâncias governamentais a quem reportar os posicionamentos do sector social e da sociedade civil face à própria Estratégia. Este era o papel que o FNGIS assumiu durante as últimas gerações do PNAI, tendo contribuído activa e criticamente para a sua definição e avaliação. No momento actual, enquanto organização da sociedade civil, tentamos ao longo do presente ano chegar à discussão com as instâncias governamentais em torno de questões estruturantes da Estratégia Europa 2020, nomeadamente o seu presente processo de consulta e revisão, mas igualmente questões mais direcionadas como a discussão do Plano Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e as respostas têm sido sempre de indisponibilidade. Paralela a esta indisponibilidade é a ausência de debate e diálogo promovido pelo Parlamento Nacional neste âmbito. Esta indisponibilidade é assim reveladora da ausência de espaços e estratégias para o envolvimento de todos no debate e promoção da Estratégia. Urge assim a criação destes espaços de oportunidade, à qual está inerente uma democratização do processo, nomeadamente, uma descentralização através das estruturas já existentes levando a uma aproximação de stakeholders, entre os quais nos incluímos. O FNGIS é de facto o único espaço da sociedade civil portuguesa organizado, que agrega vozes plurais e que está atento e acompanha as questões inerentes à Estratégia Europa 2020, sendo importante o seu reconhecimento pelos interlocutores desta Estratégia. Inerente a esta democratização e a este reconhecimento está a importância das instâncias governamentais europeias e nacionais perspectivarem possibilidades de participação estratégicas que tenham conhecimento de que às organizações da sociedade civil importam muito mais questões para além do financiamento. Neste sentido, em termos nacionais, importa ao FNGIS a promoção de estratégias de debate público e participado dos momentos e instrumentos chave do Semestre Europeu, permitindo estes uma monitorização mais adequada e transparente do alcance das metas definidas, nomeadamente através da possibilidade de um acompanhamento mais próximo do Plano Nacional Reforma (do qual estivemos “excluídos” da obrigatoriedade de apresentação e desenvolvimento no período de intervenção da Troika, importando agora retomar a sua definição presente, fazendo-a de forma participada e inclusiva).

O processo de democratização que aqui apontamos implica um reajuste da lógica de racionalização de custos da CE que se operacionaliza, desde logo, pela priorização dos mega projectos que englobam conglomerados de grandes organizações, em detrimento das organizações de mais pequena dimensão e mesmo das iniciativas individuais que, pela sua escala, se vêem excluídas da Estratégia Europa 2020.

A maneira mais eficaz para construir confiança e oportunidades de intercâmbio, aprendizagem e melhor implementação das políticas inerentes à Estratégia é através do diálogo entre as partes interessadas a nível nacional e da UE, desenvolvido através de reuniões periódicas e de contributos ao longo do ano, com base em orientações da UE que possibilitem o envolvimento contínuo de ONG's e outros stakeholders em todas as fases de desenvolvimento e implementação de políticas. Este processo exige vontade política, apoio financeiro, capacitação e formação dos actores institucionais e da sociedade civil, bem como metodologias criativas que permitam a participação de pessoas em situação de pobreza e exclusão social.

Convém dizer que sem promover um conhecimento e proximidade dos cidadãos a esta Estratégia, o seu sucesso estará sempre comprometido, particularmente num momento histórico em que a UE é um dos maiores alvos de desconfiança por parte dos cidadãos. É urgente dar a entender ao cidadãos que a UE é parte do problema mas também é parte da solução.

Ferramentas

- 1B) Considera que as metas atuais para 2020 correspondem aos objetivos da estratégia de impulsionar o crescimento e o emprego? [Metas: *atingir uma taxa de emprego de, pelo menos, 75% das pessoas entre os 20 e os 64 anos de idade; investir 3% do PIB em investigação e desenvolvimento; reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 20%, aumentar a quota das energias renováveis para 20% e melhorar a eficiência energética em 20%; reduzir as taxas de abandono escolar para menos de 10% e aumentar o número de jovens com um grau ou diploma do ensino superior para, pelo menos, 40%; reduzir em, pelo menos, 20 milhões o número das pessoas que se encontram em risco de pobreza ou de exclusão social*].

Do ponto de vista da definição estratégica, pode afirmar-se uma correspondência entre as metas e os objetivos. No entanto é importante assumir que para o FNGIS a “arquitectura” da Estratégia não nos permite monitorizar devidamente o alcance das metas. Desde logo, estatisticamente Portugal está próximo de atingir os valores definidos na meta da redução do número de pessoas em situação de pobreza, facto que não significa uma efectiva redução, tendo de ser analisado através de um conjunto de abordagens mais incisivas, como já anteriormente esclarecemos e pormenorizamos.

Assumimos assim que a ausência do cumprimento das metas é, antes de mais, uma ausência de uma definição clara de compromissos e de verdadeiras políticas transversais de desenvolvimento sustentável e inclusão social. Efectivamente, a própria pergunta aqui formulada é lacunar ao focar-se nos objectivos de crescimento e emprego mais do que nos objectivos mais alargados de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, os quais assumimos como uma clara evolução da Estratégia Europa 2020. É importante termos em conta lições retiradas da Estratégia de Lisboa durante a qual os aumentos verificados em termos de crescimento e emprego foram simultâneos à ausência de efeitos na redução da pobreza.

Importa, no entanto, reconhecer o importante papel das metas enquanto instrumentos para o estabelecimento de agenda, para a sensibilização e para a gestão dos fundos comunitários. A orientação de 20% do FSE para a inclusão social e um outro conjunto de financiamentos dedicados a esta são vitais, mas a sua utilidade depende do desenvolvimento de estratégias adequadas e efectivas de reportar e monitorizar a sua aplicação. Depende assim, em última instância, do seu impacto nas políticas desenvolvidas.

O FNGIS realça assim que apesar dos objectivos sociais estarem ainda distantes da sua efectiva concretização, isso não implica que os abandonemos. Estes revelam-se vitais para a definição de prioridades sociais na UE e devem, por isso, ser colocados no coração da Estratégia Europa 2020 e do Semestre Europeu. Revela-se assim urgente a definição de mecanismos de monitorização transparentes que permitam medir o progresso das metas, destacando o seu papel no cumprimento da Estratégia.

Destacamos assim algumas áreas de melhoria ao nível das importantes metas definidas e da resposta das mesmas aos objectivos da Estratégia Europa 2020.

- Definir a meta da pobreza em termos percentuais, permitindo uma melhor leitura da sua evolução e a comparação com outras metas, ainda que integrando, de preferência obrigatoriamente, nessa percentagem os 3 indicadores usados (risco de pobreza, privação material severa e baixa intensidade laboral)
- As metas sociais devem ser desagregadas de acordo com factores como género/idade/grupos vulneráveis, sendo o próximo passo o da definição de submetas para grupos chave (nomeando apenas alguns exemplos) como as crianças, jovens, idosos, mulheres, sem-abrigo, minorias étnicas como as comunidades ciganas, pessoas com deficiência e incapacidade.
- As metas numéricas definidas ao nível do emprego devem ser complementadas com critérios relativos à qualidade do emprego.
- As metas da educação respeitam apenas ao domínio da educação formal, devendo igualmente ter em conta metas relativas, nomeadamente, à literacia nos adultos.
- Deve ser pensada uma meta adicional relativa à redução das desigualdades, a qual não deve substituir a da redução da pobreza mas complementá-la, reconhecendo que o crescimento das desigualdades tem vindo a ser uma realidade notória e que coloca em causa qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentável.
- Numa perspetiva mais abrangente importa reconhecer que as metas são úteis mas não se cumprem por si só. Elas devem ser enquadradas por estratégias e por financiamentos adequados, assegurando a sua monitorização participada, nomeadamente por ONG's de terreno que têm estado afastadas do processo. Só desta forma evitamos a entrada dos Estados Membro da UE em "jogos numéricos" sem verdadeiro impacto em políticas sustentáveis.
- **2B) Entre os atuais objetivos, considera que alguns são mais importantes do que outros? Justifique.**

Todos os objectivos são importantes, sublinhando-se a necessidade de que todos sejam tratados de forma igual. Como já se referiu acima, o objectivo da pobreza é medido de forma diferente, não recorrendo a valores percentuais, os quais se revelam mais claros para uma compreensão adequada. Este objectivo recebe igualmente menor atenção em documentos de monitorização chave como as

Estatísticas Anuais de Crescimento, sublinhando assim a ausência de uma abordagem consistente de monitorização e progresso de cada um dos objectivos no âmbito do Semestre Europeu.

No âmbito do FNGIS destacamos com particular relevância os 3 Objectivos Sociais, o da redução da pobreza, do emprego e da educação, no sentido em que estes são os objectivos que podem garantir que o processo de crescimento resulte num processo de progresso social (marcado por menos pobreza, mais e melhor emprego, mais e melhores serviços e proteção social e educação inclusiva). Apesar deste destaque, sublinhamos a necessidade de uma abordagem transversal e coerente de todas as metas, por oposição à sua análise separada e individualizada.

Existe, nomeadamente, uma forte ligação entre os objectivos de redução de pobreza e do emprego. A realização de esforços para alcançar o objectivo de crescimento do emprego, se não for complementada por requisitos que contemplem a qualidade do emprego terá com certeza efeitos contrários na redução da pobreza. Importa assim combater a visão parcial de que o emprego é a única saída da pobreza para todo o tipo de cidadãos, objectivando-se assim emprego a qualquer custo e direcionando os cidadãos para empregos de baixa qualidade que apenas intensificam a situação de vulnerabilidade e pobreza das famílias.

- **3B) Considera útil o facto de os objectivos estabelecidos a nível da UE serem subdivididos em objectivos nacionais? Se for o caso, na sua opinião, qual é a melhor forma de definir metas nacionais? Considera que as metas nacionais que foram definidas até à data são adequadas/demasiado ambiciosas/pouco ambiciosas?**

De modo a atingirem-se resultados a nível europeu, a subdivisão em objectivos nacionais, até mesmo do ponto de vista da sua adequação, revela-se essencial. No entanto, este reconhecimento não afasta o facto de alguma falta de ambição na definição das metas nacionais pelos Estados Membros. Importa assim, a este nível, que a UE se demonstre mais prescritiva, definindo compromissos, nomeadamente propondo bases comuns para o desenho dos objectivos.

Ao nível do objectivo de redução da pobreza, já se apontou a importância da sua definição percentual, por uma lógica de melhor compreensão e comparabilidade, não devendo esta anular a sua definição multidimensional (3 indicadores). Neste sentido, nomeadamente os indicadores de pobreza relativa são fundamentais para analisar a possibilidade dos cidadãos participarem activamente na sociedade, numa base igualitária e perante específicos contextos nacionais.

Actualmente os EM podem escolher qual dos 3 indicadores usar na medição do seu objectivo nacional de redução de pobreza. Embora Portugal opte pela reunião dos 3 indicadores, esta não deveria ser uma questão opcional, visto que este facto apenas reduz a credibilidade da Estratégia.

Importa ainda destacar o desfasamento temporal e a reduzida abrangência dos indicadores do objectivo de redução da pobreza. Os dados disponíveis são de menor actualidade do que os relativos aos outros objectivos e deixam de fora alguns grupos vulneráveis chave como os sem-abrigo e os migrantes, não captando assim toda a dimensão do fenómeno.

- **4B) Qual é o valor acrescentado dos sete programas de ação para o crescimento? Pode dar exemplos concretos do impacto desses programas? [«Iniciativas emblemáticas»: «Agenda Digital para a Europa», «União da Inovação», «Juventude em Movimento», «Uma Europa eficiente em termos de recursos», «Uma política**

industrial para a era da globalização», «Agenda para Novas Competências e Empregos», «Plataforma Europeia contra a Pobreza»].

Incidindo particularmente na Iniciativa da Plataforma Europeia Contra a Pobreza, a sua definição traz um claro valor acrescentado enquanto instrumento de verdadeiro estabelecimento de plataforma e de enquadramento à realização da meta de redução da pobreza. No entanto, há dificuldades que importam registar e dificultam o cumprimento deste seu papel.

- 1) *A confusão sobre o papel de diferentes instrumentos europeus no campo da política social, tais como a Plataforma Europeia Contra a Pobreza, o Pacote de Investimento Social, o Método Aberto de Coordenação e a Dimensão Social da União Económica e Monetária. É importante que se efectue uma clarificação de como todos estes diferentes instrumentos podem trabalhar em conjunto para fortalecer a dimensão social da Europa 2020.*
- 2) *Os próprios resultados da Plataforma, com impactos positivos ao nível da entrada do tema na agenda mas com falhas no contacto com stakeholders, nomeadamente de nível nacional. A entrada do tema em agenda permitiu de facto o reforço de um processo de trabalho interinstitucional entre diferentes Direções Gerais e iniciativas específicas. Falha no entanto a implementação destes efeitos positivos ao nível nacional dos Estados Membros, com possibilidades de participação destes, e dos seus agentes interessados, no âmbito da Plataforma.*
- 3) *A ausência da referência à necessidade de desenvolvimento de uma estratégia europeia integrada de combate à pobreza, a qual permitiria um alcance mais efectivo das metas. Esta Estratégia Integrada pressupõe:*
 - a visão da erradicação da pobreza e promoção da inclusão social para todos os grupos*
 - a redução das desigualdades (política redistributiva, de justiça fiscal e acesso a serviços)*
 - o apoio a uma abordagem de Investimento Social*
 - o progresso no desenvolvimento de padrões sociais europeus (nomeadamente directiva sobre o Rendimento Mínimo Adequado)*
 - a promoção integrada da Inclusão Activa (ao longo da vida e independente da situação laboral)*
 - o investimento na sustentabilidade da qualidade do trabalho e do emprego*
 - a garantia de assegurar o acesso a serviços de qualidade*
 - a aposta no empowerment e na participação*
 - fazer face à discriminação e estabelecer e implementar subestratégias para grupos vulneráveis chave*
 - incrementar a inovação social que priorize métodos e serviços mais eficientes, não colocando em causa serviços públicos previamente existentes e dando prioridade de apoio a iniciativas locais de resposta a necessidades das comunidades. A este nível convém sublinhar que é muito importante não confundir inovação social com privatização dos serviços públicos de bem-estar e cidadania. Estamos conscientes que este risco existe e que algumas discussões recentes a nível europeu nos pretendem conduzir para esse caminho – que obviamente rejeitamos por colocar totalmente em causa o projecto europeu e as suas bases fundacionais.*

2) Adaptar a estratégia Europa 2020: a estratégia de crescimento para a Europa pós-crise

Conteúdo e execução

- 1C) Considera que a UE necessita de uma estratégia abrangente e transversal a médio prazo para o crescimento e o emprego nos próximos anos?**

O ponto de partida para a resposta a esta questão é a rejeição do antigo modelo de crescimento e de criação de emprego da Estratégia de Lisboa. Neste sentido, a pergunta deveria antes fazer-se no sentido da UE necessitar de uma estratégia comprehensiva e abrangente de médio e longo prazo objetivando um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A esta pergunta o FGNIS responde sim, claro que sim.

É essencial que a Europa 2020 se foque no restabelecimento do equilíbrio entre objectivos económicos e sociais, que possam resultar num futuro próspero e sustentável para a Europa. O crescimento por si só não irá assegurar a redução da pobreza, a qualidade no trabalho ou condições de vida sustentáveis (nem muito menos atingirá resultados positivos ao nível das mudanças climáticas e da eficiência dos recursos). Este processo requer a mudança para um modelo de desenvolvimento sustentável que coloque a economia ao serviço de uma sociedade de bem-estar e inclusiva, facto que se revela um desafio de longo prazo e que terá que contrariar boa parte das actuais orientações. Urge assim a criação de espaço de diálogo de forma a articular o processo pelo qual este modelo se pode desenvolver.

A curto e médio prazo, o Semestre Europeu deve ser assumido como o instrumento de monitorização da devolução de resultados da estratégia Europa 2020 no sentido acima enunciado. O Semestre Europeu deve assim devolver os resultados dos objectivos e metas da Europa 2020, mais do que os do Pacto de Estabilidade e Crescimento que dispõe de outros instrumentos de monitorização. Actualmente muitos dos meios para atingir a dimensão social são estabelecidos através de objectivos económicos, destacando-se, nomeadamente, a visão fechada no emprego enquanto a única solução de resposta à pobreza e exclusão social, mais do que uma abordagem integrada da inclusão activa baseada no acesso universal à proteção social e aos serviços públicos. Todos os mecanismos da Estratégia e do Semestre Europeu devem reflectir este balanço apresentado, incluindo as Estatísticas Anuais do Crescimento e as Recomendações da Comissão ao nível dos Programas Nacionais de Reforma.

É com base neste mudança de paradigma que o FNGIS propõe que a UE seja, paralelamente a uma União Económica, uma União Social. Este processo implica a definição de objectivos sociais mais específicos, sendo no entanto importante que estes integrem a Estratégia Europa 2020 ao seu mais alto nível, de forma a não ocuparem um lugar delimitado, gerando a sua exclusão. Para esta abordagem revela-se essencial destacar as linhas de orientação da pobreza das linhas de orientação do emprego, criando orientações próprias que se expressem num relatório próprio, para além do actual Relatório Conjunto do Emprego. Este processo permitirá uma abordagem detalhada e integrada da proteção e inclusão social, permitindo o seu equilíbrio junto das políticas de emprego.

A metodologia da Avaliação do Impacto Social (Social Impact Assessement) deve converter-se numa ferramenta operativa que assegure a verificação dos objectivos sociais ao longo de todo o processo da Europa 2020 e do Semestre Europeu. Se não existir uma aposta neste procedimento, que deverá ser um instrumento participado e transparente, os compromissos sociais, e particularmente os de redução da pobreza, continuarão a ser colocados em causa pelo impacto dos objectivos macroeconómicos.

- **2C) Em que domínios considera mais importante e relevante intervir para atingir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo?**

O FNGIS apresenta neste sentido um conjunto de propostas concretas que pretendem assegurar o progresso para uma agenda mais equilibrada entre domínios sociais e económicos objectivando um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

- *Debater como pode a UE atingir o progresso social para além do crescimento do PIB, através da promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo que assegure prosperidade e bem-estar.*
 - *Elaborar uma Comunicação que defina linhas de orientação para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o qual cumpra os objectivos e metas da Estratégia Europa 2020, colocando os objectivos macroeconómicos ao serviço de uma UE também ela sustentável e inclusiva.*
 - *Tornar o Semestre Europeu no instrumento chave da Europa 2020.*
 - *Introduzir uma nova “Regra de Ouro” que faça uso da metodologia de Avaliação do Impacto Social, obrigando ao contributo das políticas definidas, nomeadamente económicas, para o reforço de objectivos e metas sociais e não para o comprometimento destes.*
 - *Priorizar a redução da desigualdade através de mecanismos de redistribuição e de promoção de uma sociedade mais igualitária – focando, nomeadamente, a justiça fiscal.*
 - *Desenvolver orientações específicas no domínio da proteção e inclusão social no sentido da meta de redução da pobreza, separando-as das orientações em termos de emprego, através do desenvolvimento de Relatório Conjunto de Proteção/Inclusão Social, à semelhança do Relatório Conjunto de Emprego*
 - *Incentivar um papel mais igualitário para os actores na área do emprego e na área da igualdade social no processo de monitorização do impacto social das prioridades económicas e no apoio ao desenvolvimento de uma abordagem integrada e inclusiva do desenvolvimento no seio da Comissão e do Conselho Europeus.*
 - *Tornar o Relatório de Progresso Anual dos objectivos e metas da Europa 2020 o documento motor do Semestre Europeu e orientador das Estatísticas Anuais do Crescimento, no sentido de estas reflectirem os objectivos da Europa 2020 que não devem ser comprometidos pelos objectivos de estabilidade e crescimento.*
 - *Equilibrar os domínios económico e social das Recomendações Específicas por País, fazendo com que estas se dirijam mais incisivamente para os EM que não assumam progressos na meta da redução da pobreza e outros objectivos sociais.*
 - *Apoiar o desenvolvimento do Método Aberto de Coordenação Social enquanto promotor de uma Agenda Social Europeia que assegure o desenvolvimento de políticas efectivas de reforço da dimensão social da Europa 2020. Neste sentido, os Relatórios Sociais Nacionais devem ser instrumentos obrigatórios e devem integrar os Planos Nacionais de Reforma, comprometendo os EM a documentarem as suas estratégias de combate à pobreza, incluindo a promoção do acesso a um rendimento mínimo adequado.*
- **3C) Quais os novos desafios a ter em conta no futuro?**

O maior desafio foi já apresentado e prende-se com a urgência de assegurar uma agenda social e económica coerente e equilibrada, na qual os objectivos económicos, mais do que objectivos isolados, sirvam os objectivos sociais e ambientais. O investimento social deve assim ser visto mais do que como um acto de solidariedade, enquanto um acto político estratégico na construção de uma sociedade mais habilitada e mais justa.

Um desafio que a Europa enfrenta de forma crescente é o da desigualdade social, ainda mais acentuada em países do Sul da Europa, como Portugal, e da Europa de Leste. Este desafio da desigualdade conduz-nos não apenas para o crescimento do fosse entre ricos e pobres, comprometendo a coesão social e aumentando a polarização e antagonismo, bem como compromete o crescimento e a estabilidade económica.

A UE enfrenta igualmente o desafio de promover empregos de qualidade e fornecer sistemas de proteção social adequados que possibilitem aos cidadãos rendimentos e condições para viver em dignidade.

O combate à Discriminação e a Igualdade de Género devem estar mais presentes no sentido de assegurar que se promovem resultados de resposta às necessidades e de igualdade de oportunidades. Nesta lógica de igualdade importa ter em conta que os desafios encetados devem procurar adequar-se a diferentes tipos de grupos vulneráveis.

O enfoque no desenvolvimento sustentável é primordial, nomeadamente no que respeita ao papel da Europa no desenvolvimento global de uma economia verde

A aposta no crescimento e efectivação de mecanismos de participação e de legitimação democrática deve ser uma prioridade central porque é através dela que a Estratégia 2020 pode vir a recuperar a sua credibilidade.

Independentemente dos programas específicos de cada país, a Estratégia Europa 2020 deve responder ao desafio de comparar de forma contínua e sistemática as práticas e resultados dos vários EM, criando mecanismos de concertação que não permitam que países com níveis de vida idênticos apresentem resultados de políticas sociais e económicas muito díspares.

- **4C) Como pode a estratégia ser mais associada a outras políticas da UE?**

O FNGIS defende que a Europa 2020 se deve assumir como uma “estratégia-mãe”, de enquadramento global e que deve dar passos no sentido de se fortalecer enquanto uma estratégia focada nas pessoas e que coloque os objectivos económicos e contribuírem para os objectivos sociais. Contudo, a Estratégia e o processo do Semestre Europeu não conseguem abranger detalhadamente todas as políticas necessárias, sendo crucial o seu suporte através do desenvolvimento de áreas de políticas específicas, permitindo espaços de troca e aprendizagem conjunta que possam alimentar o processo da Europa 2020. Por exemplo, na área da pobreza e exclusão social, importa um aprofundamento do Método Aberto de Coordenação Social cobrindo os 3 pilares (inclusão social, pensões, cuidados de saúde), articulando-o com outras áreas da proteção e inclusão social, assegurando assim contributos detalhados para os Relatórios Sociais Nacionais. Estes Relatórios devem contribuir e integrar atempadamente a Estratégia Europa 2020 e o mecanismo do Semestre Europeu, tendo reflexos nos Planos Nacionais de Reforma e implicando processos de troca sistemática que incluam os governos e stakeholders nacionais e europeus através das Avaliações de Pares (Peer Reviews).

- 5C) O que poderia melhorar a participação das partes interessadas numa estratégia de crescimento para a Europa pós-crise? O que poderá ser feito para promover a sensibilização, apoiar e assegurar uma melhor aplicação da estratégia no seu país?

Mais uma vez importa alterar a formulação da pergunta. Olhando para o contexto nacional, mas também numa perspectiva de outros EM da Europa, não podemos falar presentemente de um momento pós crise, uma vez que a crise social ainda não terminou, como bem se denota pela continuidade das políticas de austeridade em Portugal.

Contudo, importa salientar que a narrativa da crise tem vindo a ser utilizada nos últimos 6 anos no sentido de impedir qualquer incremento do Estado Social, realizando um ataque cada vez mais gravoso ao mesmo. Importa assim criar debate em torno de uma nova visão sobre aquilo que precisamos de construir. Os investimentos de curto prazo devem ser uma prioridade para lidar com questões urgentes de impacto social mas, paralelamente, a aposta deverá ser no desenvolvimento de um novo modelo inclusivo e sustentável, que esteja para além do objectivo do crescimento por mero crescimento (Para quem? Para quê?). Ações visíveis e concretas que revelem impactos directos no incremento da qualidade de vida dos cidadãos e na aposta num futuro sustentável para as pessoas e o planeta, são um pré-requisito para restaurar a confiança na Estratégia Europa 2020. Só esta confiança poderá proporcionar o envolvimento dos stakeholders, os quais, de outra forma, sentem que não fazem parte do processo porque este não responde às suas necessidades e preocupações.

No que respeita a estratégias para o incremento da participação dos stakeholders, reconhecemos em primeiro lugar que importa desenvolver um processo que equilibre a influência dominante de stakeholders representantes de fortes poderes e interesses (particularmente financeiros), que participam de forma pouco transparente na definição de políticas. Este equilíbrio passa por criar oportunidades para o verdadeiro envolvimento das pessoas e organizações que estão no terreno, particularmente pessoas que experienciam situações de pobreza e exclusão social.

Deve assim desenvolver-se um compromisso de aposta em linhas de orientação para a criação de estruturas efectivas de participação e diálogo, tanto a nível nacional como europeu, nas quais os cidadãos sintam que as suas vozes são escutadas e os seus interesses tidos em conta enquanto parceiros em igual circunstância. Este processo deve ser simultâneo com um papel crescente dos poderes de decisão democrática junto dos Parlamentos Nacionais e Europeu.

Esta estratégia de participação deve ser devidamente monitorizada e dotada de forte visibilidade, garantindo que chega ao conhecimento de todos. Esta visibilidade implica o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e de comunicação, as quais não devem passar exclusivamente pela UE e por entidades governamentais nacionais. Stakeholders independentes e organizações da sociedade civil recolhem maior credibilidade junto dos cidadãos, pelo que se revelam actores essenciais na construção da capacitação da Europa 2020 através da promoção do seu debate alargado.

Operacionalizando este processo de participação, enunciamos a proposta de algumas ações, reconhecendo globalmente que é importante dar voz aos cidadãos e às pequenas e médias organizações, não apostando sempre em ouvir os grandes agrupamentos. Os pequenos projectos podem fazer a diferença e, para envolver todos na Europa 2020 é preciso que todos percebam que podem intervir, existindo estratégias bottom-up de participação.

- Desenvolver conjuntamente entre EM e stakeholders orientações para o seu envolvimento em todas as fases do Semestre e no desenho e avaliação de políticas, através da implementação de um manual que transmita práticas e sugestões inspiradoras de efectivas metodologias.
- Investir na participação democrática, garantindo tempo para a reflexão em métodos operativos e para a avaliação dos benefícios e dos custos da ausência da participação das pessoas no Semestre.

- Assegurar que as pessoas em situação de pobreza e exclusão social, juntamente com as ONG's que as apoiam, são explicitamente envolvidas no processo de diálogo ao nível europeu, nacional e local.
- Promover o envolvimento do Parlamento Nacional em todas as fases do semestre, com a dinamização de um debate nacional em torno dos progressos da estratégia (incluindo a meta da pobreza) e da aprovação do Plano Nacional de Reforma.
- No relatório de progresso anual da Estratégia, incluir uma análise do estado e qualidade da participação dos stakeholders, desenvolvendo indicadores comuns e um processo de avaliação pelos próprios stakeholders.
- Transformar os agentes do semestre europeu em promotores do envolvimento dos stakeholders, incluindo a sociedade civil e as pessoas em situação de pobreza e exclusão social no processo do semestre, através de um orçamento de apoio à capacitação para a participação e à sensibilização e mobilização de actividades em torno da Europa 2020, do Semestre e dos seus impactos.
- Incluir stakeholders nas reuniões bilaterais entre o Governo Nacional e a Comissão para planificar, rever e financiar políticas de alcance dos objectivos.

Ferramentas

- **1D) Que tipo de instrumentos considera que seriam mais adequados para alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo?**

A estratégia Europa 2020 opera enquanto um método aberto de coordenação, focando-se no estabelecimento de objectivos partilhados, indicadores comuns, mecanismos de comunicação e avaliação nacionais num ciclo anual. Revela-se no entanto crucial que sejam assumidas responsabilidades a nível nacional. Importa para tal que os Planos Nacionais de Reforma se tornem planos de ação assentes em pilares sociais e económicos e consensualizados entre o Parlamento Nacional e os stakeholders com presença no terreno.

O valor acrescentado deste tipo de definição de instrumentos é, desde logo, o seu papel na definição da agenda política, desenvolvido através de um processo mais efectivo de construção de consensos em torno de problemas e soluções comuns. Importa focar que sem o envolvimento/participação dos cidadãos, estes instrumentos tornam-se mecanismos inter governamentais de comunicação, com pouco potencial de responsabilização, validação e efectiva implementação. Sem consensos ao nível dos EM, a implementação permanece como um desafio estratégico, sendo assim crucial a aplicação de processos regulares e efectivos de monitorização.

O FNGIS avança assim com a importância de novos instrumentos: 1) Novos Planos de Investimento Social 2) Uma Estratégia Europeia Integrada de Combate à Pobreza 3) Instrumentos de facilitação e adequação da aplicação dos Fundos Comunitários em matéria de pobreza 4) Progresso na definição na UE de instrumentos legais que promovam um núcleo central de normas sociais

- 1) *Novos Planos de Investimento Social são necessários para colocar em prática os objectivos da Estratégia Europa 2020. Este instrumento é particularmente relevante num contexto urgente de crescimento da pobreza, particularmente em EM do Sul e Leste da Europa, nos quais se integra Portugal. A curto prazo é necessário apostar no investimento público para o desenvolvimento de um plano integrado de aposta na promoção da criação de emprego de qualidade, no investimento em serviços públicos e na defesa da proteção social universal.*
- 2) *A UE, e Portugal em particular, necessitam de uma estratégia integrada de combate à pobreza que se defina para além de medidas de emprego dirigindo-se para o alcance da meta de redução da pobreza. Todas as outras metas dispõe de estratégias políticas e agendas claras com excepção da meta da pobreza. Reforçamos novamente os princípios já enunciados na questão 4B que deverão conduzir esta estratégia.*

- 3) *Definição de novas prioridades para o uso efectivo dos Fundos e Investimentos Europeus estruturais. A implementação de um processo de monitorização da aplicação dos 20% do FSE destinados à pobreza e inclusão social por parte dos Governos e Entidades de Gestão dos Fundos é crucial no presente momento, implicando o envolvimento dos stakeholders através do princípio da parceria. Aos EM deve requerer-se a comunicação detalhada do uso dos Fundos Estruturais de Investimento no sentido do alcance da meta de redução da pobreza. Esta comunicação deve ser revista em detalhe nos Relatórios de Progresso Anuais, relacionando-se com as Estatísticas Anuais de Crescimento. Mais importante ainda é a necessidade da UE encontrar formas de apoiar iniciativas de pequena escala e não apenas financiar abordagens de grande escala, programas governamentais de implementação “top-down”, muitas vezes relacionados com o escalamento de abordagens já existentes. A UE deve assim investir num novo programa de combate à pobreza que apoie iniciativas de inovação “bottom-up” - um plano de ação local de combate à pobreza que apoie novos modelos sociais promovendo a aprendizagem ao longo do território nacional e revelando-se acessível às ONG's e a outros actores locais e da sociedade civil.*
- 4) *É urgente o progresso ao nível da UE na definição de instrumentos que promovam normas sociais abrangentes. A Estratégia Europa 2020 deve ser assumida como uma estratégia de defesa do Modelo Social Europeu, baseado no acesso universal aos serviços e na proteção perante os riscos ao longo da vida. Definir metas sem garantir o acesso universal aos serviços desemboca num processo de definição de “serviços pobres para pobres”, falhando na promoção da igualdade e na redução da pobreza. A UE deve assim definir princípios comuns e um enquadramento de normas sociais que assegurem as “regras do jogo”, reduzindo as divergências e desigualdades entre diferentes EM, particularmente na Europa de Sul e de Leste. O FNGIS avança que o ponto de partida para estas normativas sociais pode ser, desde logo, o desenvolvimento de progressos em torno de uma Directiva Europeia de definição de um rendimento mínimo adequado⁷.*

- **2D) O que pode ser feito a nível da UE para assegurar que a estratégia produz resultados? O que pode ser feito a nível dos Estados-Membros?**

Tal como avançamos anteriormente, o FNGIS acredita num forte papel de uma Europa Social promovida através de uma agenda social e económica equilibrada, na qual as políticas económicas mais do que valerem por si só contribuem para o alcance de objectivos sociais. O papel da UE é assim o da definição de objectivos e metas comuns, indicadores consensualizados e linhas de orientação e princípios partilhados, construindo uma Estratégia de consensos, apoiada por Fundos Europeus e promotora de aprendizagens mútuas e da monitorização dos impactos e resultados. Reforçamos novamente a importância da UE apostar em linhas de orientação no sentido do efectivo envolvimento dos parlamentos nacionais, do parlamento europeu e de stakeholders nacionais e europeus.

Ao nível dos EM, devem ser estes a decidir como implementar as estratégias comuns mas sempre de acordo com padrões definidos pela UE. Cabe aos EM decidir os detalhes da definição de políticas, envolvendo os stakeholders e os parlamentos nacionais no processo de acordo com linhas de orientação europeias e reportando sempre ao nível europeu e aos outros EM, sobre a sua realidade nacional, os riscos e as ameaças das políticas desenvolvidas e igualmente os seus sucessos e recomendações futuras.

⁷ Tenha-se neste âmbito em conta a participação de Portugal, através da EAPN Portugal organização membro do FNGIS, no projecto europeu EMIN (<http://emin-eu.net/>).

Apelamos assim a uma nova relação entre a UE e os EM baseada em princípios de transparência, proximidade e consistência em todas as esferas, bem como de parceria e responsabilidade.

No caso de Portugal e pela experiência directa do FNGIS reforçamos a este nível que a Estratégia é muitas vezes sentida como inexistente ou pouco relevante, precisamente pela ausência de responsáveis que a reportem e a quem a reportar. Defendemos assim a importância de, pela sua maior proximidade e mesmo credibilidade, envolver organizações nacionais da sociedade civil na dinamização de fóruns de participação local. A UE deveria assim financiar campanhas para informação e comunicação da Estratégia Europa 2020, nomeadamente permitindo o esclarecimento de noções que se vão implementando como a da difícil distinção entre a Europa 2020 e os Fundos Comunitários. Estas Estratégias Nacionais de Comunicação poderiam ser financiadas junto da Representação Nacional da Comissão Europeia, a qual deveria estar disponível à articulação com plataformas de mediação junto da sociedade civil. Apelamos assim novamente ao reforço das oportunidades de participação da Sociedade Civil no processo do Semestre Europeu, um processo do qual Portugal tem estado alheado e que importa retomar urgentemente. Para que esta participação seja possível, é essencial que a monitorização da Estratégia Europa 2020 seja tendencialmente clara e transparente.

- **3D) Como pode a estratégia incentivar os Estados-Membros a dar maior prioridade ao crescimento?**

Uma resposta rápida, no seguimento de tudo o que já abordamos até ao momento: travando o processo de austeridade. Encorajando os EM a seguirem Recomendações Específicas que apontem no sentido de um crescimento inclusivo e sustentável e na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável de longo prazo baseado no investimento em emprego de qualidade, proteção social e serviços públicos, financiado progressivamente através de políticas fiscais redistributivas. Tornar os Fundos Comunitários acessíveis ao investimento social revela-se assim crucial.

- **4D) Considera que os objetivos específicos são úteis? Justifique.**

Esta questão já foi respondida acima, na questão 1B. Para o FNGIS as metas são úteis enquanto instrumentos de criação de agenda em torno do tema, aumentando a visibilidade do impacto das políticas na redução da pobreza e desigualdade e promovendo mudanças políticas, nomeadamente através da atração de Fundos Comunitários. Contudo as metas apenas são úteis se se revelarem atingíveis, credíveis e suficientemente ambiciosas, necessitando para tal de estarem articuladas com uma devida Estratégia Europeia e Nacional de Combate à Pobreza (confrontar questão 4B).

- **5D) Considera que seria útil acrescentar ou eliminar alguns objetivos? Ou eliminá-los completamente? Justifique.**

Confrontar com a resposta à questão 1B que inclui o aprofundamento dos seguintes objectivos:

- utilização consistente dos 3 indicadores de definição da meta da pobreza
- apoiar o desenvolvimento de submetas para diferentes grupos vulneráveis
- uma meta de emprego relacionada com indicadores de qualidade
- uma meta de educação que contemple formas de educação não formal
- uma meta específica para a redução da desigualdade.

- **6D) Quais são as áreas que mais se prestam a uma ação comum dos Estados-Membros da UE? Qual seria o valor acrescentado de tal ação comum?**

Assumimos que todos os objectivos e metas da Europa 2020 são prioritários e sublinham a importância da pobreza e das restantes metas sociais. Reduzir a pobreza e a desigualdade deve

assim ser uma preocupação de todos os EM no sentido de alcançarem os seus compromissos e uma base mais sustentável para um crescimento inclusivo no contexto de um enquadramento europeu. Os desequilíbrios entre EM estão a comprometer a coesão social assim como um desenvolvimento e recuperação inclusivos. As políticas de combate à pobreza em cada EM têm impactos inevitáveis nos outros EM – por exemplo, países sem estratégias adequadas de redução da pobreza enfrentam riscos de emigração da sua população activa e jovem, com fortes implicações na estabilidade do país, no seu sistema de proteção social e numa prosperidade de longo prazo baseada em direitos sociais. Portugal vive claramente esta realidade no presente momento. Assumimos assim que abordagens fragmentadas não vão funcionar. Ações partilhadas entre EM são necessárias para definir padrões comuns e abordagens ao nível da definição de um rendimento mínimo adequado, da proteção social, do salário mínimo e da qualidade no trabalho e do acesso a serviços de qualidade. Urgem quadros partilhados de entendimento que combatam a discriminação e que se direcioneem para a construção de uma Europa Sustentável, promotora de uma economia global verde.

Gostaria de fazer outros comentários ou sugestões sobre a estratégia Europa 2020?

Gostaríamos apenas de sistematizar que o contributo do FNGIS aposta numa agenda europeia transformadora assente num conjunto de princípios:

1. Construir um modelo de governança e uma estratégia socioeconómica coerentes
2. Estabelecer objectivos sociais e de redução da pobreza credíveis
3. Priorizar uma estratégia europeia integrada de combate à pobreza e um Plano de Investimento Social
4. Estabelecer uma governança democrática e responsável
5. Usar Fundos Europeus para a Pobreza

Enquanto Plataforma de Mediação entre organizações da Sociedade Civil e estruturas governamentais, o FNGIS reforça a sua disponibilidade para o profícuo exercício dessa mediação, comprometendo-se com o acompanhamento da Estratégia Europa 2020 e do Semestre Europeu e apelando à definição de mecanismos de participação mais plurais e transparentes nesse sentido, desde logo pela importante definição dos interlocutores governamentais nacionais neste âmbito e pela abertura destes à promoção desta participação.

Revelando o conteúdo desta nossa missão, anexamos ao presente inquérito 3 comunicados de imprensa relevantes produzidos pelo FNGIS no presente ano e que denotam o nosso papel de interlocução nos domínios da Estratégia Europa 2020.

- 1) “FNGIS questiona Governo sobre o diálogo civil e as prioridades nacionais para a Inclusão Social”
- 2) “FNGIS preocupado com prioridades do POISE”
- 3) “Revisão da Estratégia Europa 2020: uma última oportunidade na luta pela erradicação da pobreza?”

Obrigado por ter respondido ao questionário. Envie a sua contribuição, eventualmente com outros documentos, para SG-EUROPE2020-CONSULTATION@ec.europa.eu.